EXMO. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE NITERÓI

_____, brasileiro, _____ (estado civil), RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, CEP: _____, servidor aposentado do Município de Niterói, respeitosamente apresenta

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

visando obter diferenças de direitos adquiridos quitados pela municipalidade a menor, na forma da fundamentação abaixo, cujo deferimento se requer.

I – BREVE RESUMO

O requerente foi servidor público do Município de Niterói, ocupante do cargo de _____, matrícula nº _____, admitido no serviço público municipal em _____ e aposentado em _____.

Considerando a natureza do cargo ocupado, o requerente se submetia às regras legais estatutárias aplicáveis ao conjunto de servidores municipais, inclusive àquelas que lhe asseguravam direitos a afastamentos remunerados, dentre elas, a licença-especial estabelecida pelo artigo 130 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói (Lei Municipal nº 531, de 18 de janeiro de 1985).

De plano, percebe-se que quando aprovada a legislação e incluída a licença especial na esfera jurídica dos servidores, o requerente já fazia parte dos quadros funcionais, passando então a adquirir o direito nos prazos legais.

No momento de sua passagem para a inatividade, o requerente possuía **XX (_____) meses** de licenças especiais adquiridas conforme a lei, porém **não gozadas** (e não computadas em dobro para efeito de aposentadoria), surgindo o seu **direito adquirido a ser indenizado em pecúnia**, pela simples impossibilidade de fruição dos afastamentos, por ausência de vínculo funcional ativo.

Em circunstâncias como essa, a jurisprudência dos Tribunais Superiores se consolidou no sentido de que o servidor público, quando não pode mais usufruir o direito adquirido de férias ou licenças em razão de vacância definitiva do cargo, **tem direito à sua conversão em pecúnia**, com base na vedação de enriquecimento sem causa da Administração (**Tema 635 do STF e Tema 1086 do STJ**).

Em cumprimento ao decidido pela jurisprudência, a Administração do Município de Niterói efetuou o pagamento da pecúnia indenizatória ao requerente, tomando como base a sua última remuneração, **em ____ / ____ / ____**, através da petição _____.

Porém, efetuou o pagamento pelo valor simples, deixando de considerar a recomposição do valor pela demora no pagamento, entre a data da aposentadoria (_____), momento que, segundo a jurisprudência, surgiu o direito do servidor à indenização pecuniária, e o seu efetivo pagamento (_____), totalizando ____ meses de atraso, sobre os quais deveriam ter incidido juros e correção monetária.

Em razão dessa omissão, surge o interesse do requerente na abertura deste processo administrativo, almejando receber o que de direito.

II – DA PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO

O requerente é idoso na forma da lei, possuindo ____ anos de idade completos, como comprova o documento de identidade em anexo, **o que lhe assegura a tramitação prioritária deste processo administrativo**, na forma dos artigos 3º, § 1º, I e 71, § 3º, da Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso).

III – No Mérito

Sobre a licença especial, diz o Estatuto dos Funcionários de Niterói:

“Art. 130. **Após cada quinquênio de efetivo exercício**, ao funcionário que a requerer, **conceder-se-á licença especial de 3 (três) meses** com todo o vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo.” (grifamos)

Porém, a partir do momento em que o servidor beneficiário deixa de pertencer aos quadros funcionais permanentes em razão das espécies de vacância previstas em lei (ex: aposentadoria, morte, demissão, exoneração, etc), **surge a obrigação de indenizá-los em pecúnia**, pela simples impossibilidade de fruição direta e imediata dos afastamentos, por ausência de vínculo funcional.

Contudo, **quando o pagamento não é contemporâneo à data da aposentadoria**, momento em que houve a lesão ao direito de fruição da licença e surge o conseqüente direito à pecúnia indenizatória, **ocorre um atraso que deve ser, como consequência lógica da mora, objeto das devidas correções e juros**, não se limitando ao pagamento nominal da última remuneração.

Neste sentido, diz a jurisprudência recentíssima do TJRJ:

“De fato, de acordo com a jurisprudência assente no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça é **possível a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada quando da aposentadoria do servidor, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração**; 6- Ressalte-se que **a indenização deve corresponder a última remuneração percebida pelo servidor em atividade, DEVIDAMENTE ATUALIZADA**, pois o direito da autora em conversão de seus períodos de licença especial não gozados em pecúnia surgiu no momento da aposentadoria.”

(TJRJ, Apelação 0805342-47.2022.8.19.0045, Quinta Câmara de Direito Público, Rel. Des. ISABELA PESSANHA CHAGAS, **DJe** **23/02/2024** – destaques intencionais)

Espancando dúvidas, diz a jurisprudência do STJ:

“AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. **CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA APOSENTADORIA.** AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. **Tratando-se de dívida de caráter alimentar é devida a correção monetária desde a origem do débito. Precedentes.**

2. No tocante aos juros moratórios, conforme a jurisprudência desta Corte, o seu termo inicial vai depender da liquidez da obrigação, se ilíquida os juros incidem a partir da citação, caso seja líquida os juros serão contados a partir do vencimento.

3. Agravo regimental não provido.

(STJ, AgRg no RMS 37177/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 10/06/2013)

Sendo assim, **tendo o Município realizado o pagamento na forma simples, pelo valor nominal da última remuneração, desconsiderando o lapso de _____ meses entre a data da aposentadoria (_____) e a data do pagamento (_____)**, deve arcar com os consectários compensadores da mora por ele causada, na forma de juros moratórios e correção monetária.

Sobre a correção monetária, deve incidir a partir da data de publicação da Portaria de aposentadoria do requerente, momento em que os pagamentos deveriam ter sido efetuados, conforme a Súmula nº 43 do STJ, verbis:

Súmula nº 43: “Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.”

Quanto aos juros, devem incidir também da data da aposentadoria, momento em que surgiu o direito indenizatório, sendo certo que já havia liquidez na obrigação, pois o Município sempre teve acesso à última remuneração do requerente, não efetuando os cálculos corretos em razão de pura e simples mora injustificada, não podendo imputar ao servidor o ônus da sua demora.

Com relação aos **índices** de juros e correção a serem aplicados, informa a interpretação relacionada às dívidas judiciais da Fazenda Pública, analogicamente aplicada por se tratar de mora reconhecida, pelo C. Superior Tribunal de Justiça, no Tema 905, e pelo E. Supremo Tribunal Federal, nas ADIs 4357 e 4425, relacionadas ao artigo 1º-F da Lei 9.494/97 e, após a sua entrada em vigência, na sistemática da Emenda Constitucional nº 113/2021, que alterou CF/88 e ADCT para estabelecer novo regime de precatórios, regular o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios e definir os critérios de juros e de correção monetária para os créditos consolidados em dezembro de 2021, que passaram a ser atualizados de maneira uniforme pela Taxa Selic a partir de janeiro de 2022:

(a) até julho/2001:

- Juros de mora de 1% ao mês (capitalização simples);
- Correção monetária pelos índices do Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E, a partir de janeiro/2001;

(b) de agosto/2001 a junho/2009:

- Juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês;
- Correção monetária pelo IPCA-E;

(c) de julho/2009 a dezembro/2021:

- Juros de mora pela remuneração oficial da caderneta de poupança (T.R.);
- Correção monetária pelo IPCA-E;

(d) de janeiro/2022 em diante:

- Taxa Selic uma vez quanto à correção monetária e juros de mora, até o efetivo pagamento (EC 113).

IV – DA INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO

Como se sabe, a prescrição em face da Fazenda Pública é regida pelo Decreto 20.910, de 6 de janeiro de 1932, que estabelece que todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda, seja qual for a sua natureza, **prescreve em 5 (cinco) anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.**

Segundo a jurisprudência pacificada, o marco inicial para almejar o direito à conversão em pecúnia de licenças especiais adquiridas e não gozadas é a data da aposentadoria, como se observa no recentíssimo julgado abaixo do TJRJ:

“Entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que **o marco inicial para contagem da prescrição quinquenal para conversão em pecúnia da licença-prêmio adquirida e não gozada se inicia na data em que ocorreu a aposentadoria do servidor público, sendo desnecessário, inclusive, o requerimento administrativo.**”

(TJRJ, Apelação 0001335-54.2022.8.19.0042, Oitava Câmara de Direito Público, Rel. Des. LEILA ALBUQUERQUE, **DJe 01/03/2024** – grifos intencionais)

Isso se dá porque a violação ao direito material pelo não pagamento da pecúnia surge no momento da passagem para a inatividade (aposentadoria), quando a fruição da licença especial, que implica no consequente afastamento do trabalho, não se faz mais possível em razão da vacância do cargo público então ocupado.

Ocorre que, neste caso, **já houve o pagamento da pecúnia, só que foi efetuado a menor, sem juros e correção.**

Consequentemente, na data em que foi efetivado o pagamento, surge **nova lesão** ao direito material do servidor, não mais relacionado com a indenização em pecúnia, **mas com a ausência de sua atualização com juros e correção.**

Isso porque o servidor somente passou a ter ciência sobre a nova lesão ao seu direito adquirido de ter a verba alimentar paga de maneira atualizada, a partir do seu pagamento não atualizado, calculado de forma simples, como tivesse se aposentado no momento do pagamento da pecúnia, e não anos antes, quando o direito à indenização surgiu.

Sendo assim, como o pagamento ao requerente foi efetuado apenas em _____, não há como se defender a perda de sua pretensão de receber os consectários legais sobre a verba pelo advento da prescrição quinquenal, eis que não ultrapassados 5 (cinco) anos até a data deste requerimento.

Frise-se, por oportuno, que **“o Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento de que o pedido realizado na esfera administrativa tem o condão de suspender o prazo prescricional, de modo que inexistente prescrição quinquenal a ser declarada nos autos”** (RESp 1º 1.147.851 – SE, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 21/10/2010).

Relembrando que o pagamento da pecúnia, e seus consectários, possui natureza indenizatória, não incidindo imposto de renda e contribuição previdenciária e não se submetendo ao teto remuneratório constitucional.

V – DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Esclarece o requerente que este pedido tem por finalidade solucionar a celeuma de forma amigável, evitando a judicialização e tendo por objetivo assegurar a razoável duração do processo, protegendo o erário municipal de prejuízos decorrentes da ampliação do montante de juros e correção, além de honorários advocatícios, e prestigiando a boa-fé objetiva e o seu dever anexo de lealdade, que sempre pautou a sua relação com o Município com o qual contribuiu por décadas.

O pedido decorre do princípio da publicidade (art. 5º, XXXIII da CRFB), assegurando o direito de todo cidadão de “receber dos órgãos públicos informações

de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.”

Além disso, o requerimento se baseia na Lei Nacional nº 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação, bem como na Lei Municipal nº 3.084/2014, aplicável a todos “os órgãos de quaisquer dos Poderes do Município de Niterói” (art. 5º), e que asseguram o direito de acesso célere a informações e respostas de interesse público ou, como no caso, pessoal do requerente.

V – CONCLUSÃO

Pelo exposto, tendo cumprido na íntegra os requisitos de acesso da Lei Federal nº 12.527/2011 e da Lei Municipal nº 3.084/2014, o requerente vem solicitar, respeitosamente, o pagamento das diferenças de pecúnia indenizatória devida pelos meses de licenças-especiais adquiridas e não gozadas em razão de sua aposentadoria, pagas em _____, porém sem incidirem juros e correção monetária devidos entre a data da aposentadoria (_____), momento em que surgiu o direito indenizatório, e o efetivo pagamento (_____), sendo a medida justa e correta, evitando o enriquecimento sem causa da Administração diante da impossibilidade de imputar ao servidor aposentado o ônus pela demora administrativa.

Sem mais a acrescentar, aproveitamos o ensejo para apresentar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Niterói, ____ de _____, _____.